

Brasília, 23 de setembro de 2026

Seleção

Sumário

MSN Notícias

Terça-feira, 22 de setembro de 2026 | Patentes

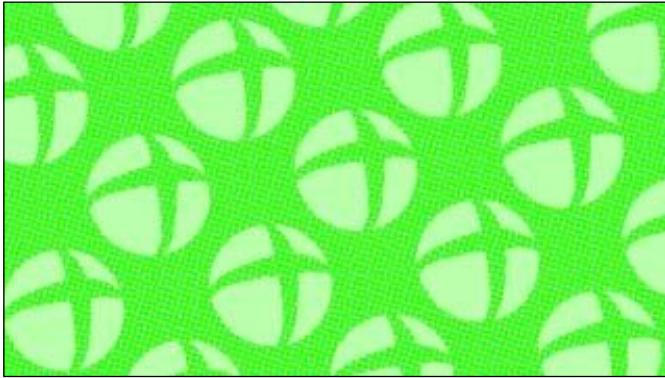
Microsoft patenteia sistema que pode exibir anúncios em jogos de PC e Xbox durant... .. 3

R7

Terça-feira, 22 de setembro de 2026 | Pirataria

Pelo menos 50 links vendem materiais médicos piratas na internet, diz associação 4

Microsoft patenteia sistema que pode exibir anúncios em jogos de PC e Xbox durante pausas naturais



A Microsoft está estudando uma maneira bastante peculiar de inserir publicidade em videogames. Um novo pedido de **patente** da empresa descreve um sistema capaz de identificar momentos considerados seguros durante uma partida para interromper temporariamente a interação do jogador e apresentar anúncios.

Batizado de "Contextually Aware Management of Interactive Software Application Access", o pedido foi publicado nos Estados Unidos em 3 de setembro de 2026 sob o número US 2026/0260258 A1. O documento atual dá continuidade a uma tecnologia cuja prioridade remonta a maio de 2023. Compre aqui Controle Sem Fio para Xbox GTA 6 agora pode ser parcelado em 3 anos - e você ainda estará pagando o jogo em 2029. Microsoft avança com "reset" do Xbox e prepara centenas de novas demissões. Final Fantasy 7 Revelation vai "pegar mais na mão" do jogador, mas Square Enix já pensa em opção para reduzir isso.

Como o sistema de anúncios funcionaria

A tecnologia é descrita pela própria Microsoft como "context aware", ou seja, sensível ao contexto do que está acontecendo na tela. O funcionamento central gira em torno do que a **patente** chama de sistema de "ad credit": o jogo monitora constantemente os chamados "trigger events", momentos específicos reconhecidos como períodos de inatividade do jogador, e é nesses instantes que um anúncio é exibido, pausando temporariamente o jogo.

Os exemplos citados no documento incluem telas de carregamento, telas de fim de rodada e o

momento imediatamente após a conclusão de uma missão ou quest. A lógica é parecida com o que já existe em vários free-to-play mobile: o sistema tenta identificar as janelas em que o jogador não está ativamente interagindo com o game para encaixar o conteúdo patrocinado. O crédito de tempo sem anúncios funciona em blocos, quando cada bloco expira, o conteúdo promovido volta a aparecer. Conexão direta com o Xbox Game Pass

Embora a aplicação prática da **patente** ainda seja incerta, ela não surge num vácuo. A Microsoft já vinha testando uma camada de publicidade no Xbox Cloud Gaming antes mesmo desse registro. Além disso, um rumor recente apontou que a empresa estaria trabalhando numa camada mais barata do Xbox Game Pass com suporte a anúncios, algo inédito para o serviço de assinatura.

Questionada sobre o assunto, a Microsoft não negou diretamente: a empresa afirmou que "regularmente testa diferentes ofertas do Game Pass e avalia o que funciona melhor para os jogadores em diferentes mercados".

A resposta vaga alimenta a especulação. Se por um lado a **patente** não garante que o produto chegará ao mercado nessa forma, por outro, o conjunto de movimentos da companhia, testes em cloud gaming, declarações evasivas e agora um registro formal de **propriedade intelectual**, sugere que a ideia está bem além do estágio de brainstorming.

Para os assinantes do Xbox Game Pass, a grande questão que fica é se um eventual plano mais barato com anúncios coexistiria com os tiers atuais ou se representaria uma reestruturação mais ampla do serviço.

Fonte: Eurogamer

Pelo menos 50 links vendem materiais médicos piratas na internet, diz associação



Vendas ocorrem em plataformas online; **Anvisa** fez 62 operações para combater prática desde 2020

A Abimo identificou 50 links de vendas de dispositivos odontológicos piratas em plataformas online desde 2024.

A **Anvisa** realizou 62 operações para combater a venda de dispositivos médicos piratas desde 2020, com oito operações já realizadas em 2026.

Produtos médicos piratas podem não atender aos padrões de qualidade e segurança, colocando em risco a saúde dos pacientes.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou operações em 2025 e 2026 para apreender e retirar dispositivos médicos irregulares do mercado.

A Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos) identificou, desde 2024, cerca de 50 links de vendas em plataformas online de dispositivos odontológicos piratas. As vendas ocorrem livremente em plataformas digitais. Segundo a associação, todos os registros são encaminhados para a **Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)** e para o **Conselho Nacional de Combate à Pirataria**.

Sobre o avanço do comércio ilegal no ambiente digital, estudo da Offertech de 2025 aponta que 31,2% das vendas online na América Latina são de produtos ilegais, com impacto potencial estimado em até US\$ 61,2 bilhões por ano no caso de produtos ilegais em geral. No caso de dispositivos médicos, contudo, a preocupação é maior devido aos riscos à saúde do paciente.

Luiz Eduardo Costa, gerente de Inteligência Regulatória da Abimo, explicou que "um produto pirateado ou comercializado irregularmente pode não ter registro na **Anvisa**, não passar pelos controles obrigatórios de qualidade e segurança e nem contar com assistência técnica adequada".

"Isso é ainda mais preocupante quando falamos de dispositivos usados diretamente pela população, como aparelhos de pressão, inaladores, oxímetros, etc. Se um equipamento desses apresenta uma medição incorreta, a pessoa pode tomar uma decisão equivocada sobre a própria saúde ou demorar a procurar atendimento. Dependendo da situação, uma falha pode colocar a vida do usuário em risco", alertou.

O impacto também afeta o próprio setor. "A indústria regular precisa cumprir uma série de exigências sanitárias, garantir controle de qualidade, rastreabilidade e segurança dos produtos que coloca no mercado. O produto irregular entra nessa cadeia sem necessariamente oferecer essas garantias e ainda concorre de forma desleal com as empresas que investem para cumprir todas as regras", salientou.

400 kg de dispositivos piratas

Em uma megaoperação em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública apreendeu 400 kg de produtos irregulares, incluindo instrumentais cirúrgicos, produtos estéreis e equipamentos médicos. Apenas a **Anvisa** participou de 62 operações desde 2020 mirando esses equipamentos pirateados.

Este ano, oito operações já foram conduzidas pela Agência, o mesmo número de todo o ano passado.

Confira raio-x:

Operações feitas pela **Anvisa**:

2026 - 82025 - 82024 - 132023 - 72022 - 112021 - 42020 - 11

Em nota, a **Anvisa** reforçou a preocupação de que "dispositivos médicos pirateados ou falsificados podem não atender aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos, comprometendo o diagnóstico e o tratamento". "Isso pode levar consequentemente a resultados incorretos,

Continuação: Pelo menos 50 links vendem materiais médicos piratas na internet, diz associação

atrasos na assistência e complicações clínicas", explicou.

A **Anvisa** ressaltou, contudo, que, no caso de clínicas, hospitais e estabelecimentos de saúde similares, a fiscalização ocorre pelas vigilâncias sanitárias municipais.

Fiscalização federal

O Ministério da Justiça e Segurança Pública detalhou que, entre 2025 e 2026, foram feitas pela pasta ações voltadas à apreensão, fiscalização e retirada de dispositivos médicos irregulares, falsificados ou introduzidos no país sem a devida regularização sanitária.

"Um dos casos mais recentes ocorreu em maio de 2025, quando equipes da **Anvisa** realizaram operação especial de fiscalização nos aeroportos internacionais de Guarulhos, Viracopos e Galeão para combater a entrada irregular de dispositivos médicos no Brasil. A ação, realizada em conjunto com a Receita Federal, resultou na apreensão de aproximadamente 400 quilos de produtos irregulares, incluindo instrumentais cirúrgicos, produtos estéreis e equipamentos médicos", contou.

"Além das operações de fiscalização em fronteiras e aeroportos, a **Anvisa** divulga regularmente medidas de suspensão, apreensão e recolhimento de dispositi-

tivos médicos falsificados ou sem registro sanitário, voltadas à proteção da saúde pública. Em 2026, por exemplo, a agência determinou a proibição da comercialização e o recolhimento de diversos dispositivos médicos importados irregularmente e de equipamentos falsificados comercializados no país", acrescentou.

A pasta reforçou o alerta da **Anvisa** e da Abimo: "a comercialização ilegal de dispositivos médicos representa um risco particularmente grave porque envolve produtos utilizados diretamente em diagnósticos, tratamentos e procedimentos de saúde. Equipamentos, instrumentais cirúrgicos, implantes e produtos estéreis falsificados, adulterados ou sem regularização podem apresentar falhas de funcionamento, ausência de controle de qualidade e problemas de esterilidade, colocando em risco a segurança dos pacientes e comprometendo a eficácia dos tratamentos".

Search Box

Índice remissivo de assuntos

Patentes	1
Pirataria	2,3
Propriedade Intelectual	1